



**DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**Ano XIV – nº 113 – Porto Alegre, sexta-feira, 24 de maio de 2019**

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**PUBLICAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

**RESOLUÇÃO Nº 54, DE 24 DE MAIO DE 2019.**

Dispõe sobre o regime de auxílio à 13ª Vara Federal de Curitiba, e estabelece outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o que consta no processo 0011752-85.2014.4.04.8000, *ad referendum* do Conselho de Administração, resolve:

Art. 1º Instituir regime de auxílio ao Juízo Substituto da 13ª Vara Federal de Curitiba, o qual será prestado pela 9ª Vara Federal de Curitiba.

§ 1º O regime de auxílio abrangerá todos os processos em andamento, inclusive aqueles que vierem a ser distribuídos durante o auxílio.

§ 2º Os processos conclusos para sentença na data de vigência desta resolução serão redistribuídos para a unidade de auxílio somente após a prolação e julgamento de eventuais embargos de declaração.

§ 3º Na atribuição dos processos serão assegurados os critérios ordinários da distribuição processual.

Art. 2º Definir o período de auxílio de 6 meses a contar da vigência desta resolução, com avaliação, pela Corregedoria, podendo ser abreviado ou prorrogado, mediante ato da Presidência do Tribunal.

Parágrafo único. Decorrido o prazo do auxílio, os processos retornarão à unidade auxiliada.

Art. 3º O auxílio estabelecido nesta resolução, para fins de registro, estatística, controle, contará com identificação autônoma dos respectivos processos, distribuídos e redistribuídos, nos mesmos termos do auxílio definido pela Resolução nº 90/2016.

Art. 4º Os casos omissos serão resolvidos pela Corregedoria Regional.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor em 27 de maio de 2019.

**PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.**

---

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, Presidente**, em 24/05/2019, às 17:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **4678212** e o código CRC **1D9E3E4A**.